



UFSM

Artigo Monográfico

**A influência dos espaços educativos na formação
do sujeito com deficiência**

Elidiane Naziazeno Ferreira

**Curso de Especialização em Educação
Especial a Distância**

Santa Maria, RS, Brasil

2007

**A influência dos espaços educativos na formação
do sujeito com deficiência**

por

Elidiane Naziazeno Ferreira

Trabalho apresentado ao Curso de Especialização em Educação Especial a distância, da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM, RS), como requisito parcial para a obtenção do grau de **Especialista em Educação Especial.**

Curso de Especialização em Educação Especial
Santa Maria, RS, Brasil

2007

**Universidade Federal de Santa Maria
Centro de Educação
Curso de Especialização em Educação Especial a distância**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova o Artigo
Monográfico:

**A influência dos espaços educativos na formação do sujeito com
deficiência**

Elaborado por:

Elidiane Naziazeno Ferreira

Como requisito parcial para a obtenção do grau de
Especialista em Educação Especial

COMISSÃO EXAMINADORA:

**Prof^a. Ms. Eliana da Costa Pereira de Menezes
(Presidente/Orientadora)**

Prof^a. Ms. Roberta Rossarolla Forgiarini

Prof^a. Ms. Renata Corcini Carvalho

Santa Maria, 01 de dezembro de 2007.

SUMÁRIO

RESUMO.....	4
ABSTRACT.....	5
1. APRESENTAÇÃO.....	6
2. DISCUSSÃO TEÓRICA E ANÁLISE DOS DADOS.....	9
3. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	18
4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	20

Artigo Monográfico
Curso de Especialização em Educação Especial
Universidade Federal de Santa Maria, RS, Brasil

A influência dos espaços educativos na formação do sujeito com deficiência

AUTORA: ELIDIANE NAZIAZENO FERREIRA
ORIENTADORA: ELIANA DA COSTA PEREIRA DE MENEZES
Data e Local da Defesa: Santa Maria, 1º de dezembro de 2007.

RESUMO

Para a concretização deste trabalho partimos do pressuposto de que a família possui papel determinante na construção das primeiras concepções de mundo do indivíduo, e de que o sistema educacional precisa dar continuidade no processo de constituição desse sujeito como ser atuante na sociedade em que está inserido. Assim, propomos a presente pesquisa, através da qual procuramos analisar as influências dos espaços educativos na formação do sujeito com deficiência. Para a coleta dos dados que foram discutidos e que constituem a presente pesquisa realizamos entrevistas semi-estruturadas com um sujeito que possui Síndrome de Down, além da análise do diário pessoal do sujeito da pesquisa. Ao final do estudo podemos perceber que a promoção de diversas vivências em ambientes diferentes colaborou significativamente para a formação do aluno, não só no processo educacional, mas na sua formação como sujeito. Sabemos que a pessoa com deficiência está amparada por lei no que diz respeito a inclusão escolar e social, mas sabemos também que existem falhas significativas no sistema educacional do nosso país, falhas na estrutura que é ofertada; falhas na formação dos profissionais; falhas na conscientização da sociedade em geral. O sistema educacional e nós, educadores, como parte integrante do sistema, ainda temos muito a promover afim da efetivação da inclusão escolar, e não devemos permanecer enraizados em um discurso antigo, com argumentos que nos desqualificam para esta realização, procurando desculpas que nos imobilizam diante do atual contexto educacional do país.

Palavras-chave: influência; educação; deficiência; formação.

ABSTRACT

For the accomplishment of this work, we started from the purpose in which the family has a determinative role in the first conceptions of individual's construction, and the educational system needs to get going in the process of constitution of this subject as an active being in which society he is inserted. Therefore we proposed this research through which we look to analyse the influences of the educative spaces in the development of the subject with deficiency. For the data gathering that were discussed and constitute the present research, we achieved semi-structured interviews with an individual who has Down's syndrome, besides of the personal diary analysis of the research subject. At the end of this study we are able to realize that the promotion of several experiences of life in different environments worked together meaningfully for the development of the student, not as in the educational process as in his development as a human being. We know the person with deficiency is supported by the law regarding educational and social inclusion, but we also know that there are meaningful failures in our country's educational system, failures in the structure in which it is presented, failures in the professional formation, failures of the society in general in the act of acquiring knowledge about it. The educational system and us, teachers, as a system's integrant part, we still have a lot to promote the interest related to the effectiveness of the school inclusion, and we must not remain to establish oneself in an old speech, with arguments which disqualify us for this accomplishment, looking for excuses which immobilize us in face of the country's present educational context.

Key words: inclusion; education, deficiency, formation

1. APRESENTAÇÃO

Lembro-me que quando eu tinha sete anos, morávamos em uma cidade do interior e meus pais decidiram comprar uma casa, era uma cidade pequena, logo, não existiam muitas opções e entre as poucas que visitamos uma era em frente a APAE. Meus pais logo descartaram essa possibilidade, pois, nós (eu, minha irmã e meu irmão) ainda éramos pequenos e eles não desejavam ver seus filhos crescendo junto “aquelas crianças doentinhas”. Por fim, compramos uma outra casa, mais afastada, a qual vendemos, quando nos mudamos novamente de cidade. Acredito que assim começa a minha trajetória.

No ano de 2002 ingressei no Curso de Graduação Educação Especial – Habilitação Deficientes Mentais na Universidade Federal de Santa Maria – UFSM. Desde o início tive a preocupação de participar de projetos de pesquisa, que vieram a acrescentar e enriquecer a minha formação acadêmica, bem como minha atuação profissional.

Foi buscando um melhor entendimento sobre as questões pertinentes ao desenvolvimento e a construção do conhecimento da pessoa com deficiência, vinculando a teoria estudada à prática, que no segundo semestre da graduação, iniciei um trabalho voluntário junto a uma Instituição¹, onde acompanhei o trabalho desenvolvido no Grupo de Convivência², composto por alunos com idade entre 18 e 50 anos.

Ressalto que permaneci junto a esse grupo no transcorrer de minha vida acadêmica, e com base nesta experiência desenvolvi meu estágio das disciplinas de Prática de Ensino para Deficiente Mental I e II do Curso de Educação Especial - UFSM, no qual estabeleci uma proposta de ensino diferenciada, contemplando a

¹ Instituição sem fins lucrativos que presta atendimentos especializados a jovens e adultos com deficiência mental na cidade de Santa Maria/RS.

² Grupo de Convivência é uma modalidade de atendimento definida pelo Plano Estadual de Assistência Social como um grupo de apoio aos portadores de deficiência que se reúnem, com a periodicidade semanal, num espaço físico onde possam trocar experiência, buscar informações, discutir e encontrar soluções para sua situação de vida, restabelecer vínculos com a família, desenvolver atividades recreativas, laborativas, físicas, etc”.

interação, a troca de experiência, o desenvolvimento de autonomia e a promoção à cidadania e inclusão social desses alunos.

Dentre os aspectos que me fizeram refletir, estava o fato de que entre os alunos que compunham esse grupo, na sua maioria, passaram por um processo de integração no ensino regular frustrante, vivenciado naquela mesma época a qual me referi no começo do texto. Refiro-me aqui a um momento da história da educação especial em que as práticas educacionais desenvolvidas para as pessoas que possuíam deficiência eram balizadas pelo paradigma da normalização, no qual o senso comum preestabelecia um modelo de ser humano “normal” que desqualificava o diferente para tal padrão, excluindo-o do convívio social.

Entre os alunos havia um em especial que despertou o meu interesse a ponto de eu optar por realizar um estudo de caso sobre ele. Ele se chama Carlos Heitor, tem quarenta anos e diagnóstico de Síndrome de Down. O aluno sempre apresentou características e comportamentos que instigaram minha curiosidade, mostrando um desenvolvimento significativo no que diz respeito a sua autonomia e excelente memorização de músicas, nomes de atores e respectivos personagens interpretados em novelas. Frequentou a escola regular até a 4ª série do ensino fundamental, apresenta déficits significativos em relação a conteúdos vinculados a área da matemática.

Tratando-se de um sujeito adulto, mais do que conhecer suas características se fez necessário saber das suas experiências de vida. Dessa forma, este estudo também contribuiu para orientação do trabalho pedagógico que foi desenvolvido junto ao aluno, pois a partir do conhecimento aprofundado acerca desse sujeito se desenvolveu ações que estimularam suas potencialidades, buscando possibilidades de superação das suas dificuldades.

Nesse contexto, e, por compreendermos que concluir um estudo não significa decretar um “ponto final” para as discussões levantadas, mas sim, possibilitar que tantos outros questionamentos sejam suscitados, é que apresentamos o presente artigo.

Com o término do estudo de caso realizado com o aluno respondemos a tantas perguntas, e passamos a nos inquietar diante de tantas outras. Acreditamos que em decorrência da necessidade de concluir o trabalho (em função do tempo destinado na época para a realização do estudo) um importante questionamento não

foi discutido com a profundidade que merecia. Como as diferentes perspectivas educacionais vivenciadas por esse aluno determinaram sua constituição como pessoa? Assim, é que agora voltamos a olhar para o trabalho realizado, procurando analisar as influências dos espaços educativos na formação deste sujeito. Como as diferentes perspectivas educacionais vivenciadas por esse aluno determinaram na sua constituição como sujeito?

Nessa perspectiva apresentamos o presente artigo tendo como objetivo produzir uma *(re)volta no olhar* - olhar novamente para os dados que constituíram o estudo de caso do aluno - procurando analisar as influências dos espaços educativos freqüentados pelo aluno em sua constituição como sujeito.

Como fonte dos dados, busquei olhar novamente para os diálogos que mantive com o aluno, a entrevista realizada com sua mãe, as observações feitas em sala de aula e também o diário escrito por Carlos Heitor.

É importante ressaltar de muitos anos já se passaram do nascimento de Carlos e por esse motivo a mãe não recorda de datas específicas sobre acontecimentos relacionados ao seu desenvolvimento, portanto, as datas que constituem este artigo têm como fonte o diário³ escrito por Carlos Heitor.

³ O Diário de Carlos é um instrumento de fundamental importância, pois, registra a sua visão dos diferentes momentos vividos por ele, momentos estes significativos, relatados desde sua infância até a idade adulta, sendo que em alguns períodos não há nada escrito, pois o aluno não se sentia inspirado a escrever.

2. DISCUSSÃO TEÓRICA E ANÁLISE DOS DADOS

Carlos Heitor Aquino Azambuja nasceu na manhã, do dia três de agosto de mil novecentos e sessenta e sete, na cidade de Santo Ângelo - RS. É filho de Nei Menezes de Azambuja (in memória) e Mary Aquino Azambuja, setenta e seis anos, professora aposentada. Carlos é o último dos seis filhos do casal e tem diagnóstico de Síndrome de Down, assim como a sua irmã do meio, Maria do Carmo Aquino Azambuja, cinqüenta anos.

Em entrevista, Mary, relatou ter engravidado de Carlos aos trinta e nove anos, sendo que não foi uma gravidez planejada, mas nem por isso indesejada. No início da gravidez alguns amigos e familiares sugeriram que ela realizasse um aborto, pois, já tinha uma filha com Síndrome de Down e estava em idade avançada para ter outro filho, mas ela nunca cogitou essa possibilidade e sempre teve o apoio de seu esposo.

Mary, mãe de Carlos, não lembra dos detalhes do desenvolvimento e da infância dele, pois, muitos anos já se passaram, mesmo assim relatou acontecimentos que recordava, ressaltando que Carlos sempre recebeu o mesmo tratamento que seus outros irmãos.

Conforme o relato da mãe teve desenvolvimento psicomotor adequado para sua idade, não apresentando problemas de hipotonia ou cardíacos. Teve dificuldades, apenas na evolução da linguagem, demorou para falar as primeiras palavras e apresentou gagueira.

Foi alfabetizado em casa, com o auxílio de uma professora particular e de sua mãe, no ano de mil novecentos e setenta e oito, paralelamente freqüentou a classe especial do Grupo do Sagrado Coração de Jesus. Carlos relata em seu diário que mesmo já sabendo ler e escrever continuou na classe especial, mudando apenas de professora.

Ele também realizava atendimento especializado na Clínica Pedagógica, em Porto Alegre, com o médico e pedagogo Nilo Fitiner, na qual os pais receberam informações sobre como orientar sexualmente Carlos Heitor que começava a demonstrar curiosidade sexual. O assunto foi tratado com naturalidade e coube ao

irmão de Carlos a tarefa de lhe orientar, porque neste mesmo período seu pai faleceu.

Quando seu esposo faleceu, no ano de mil novecentos e setenta e nove Mary, mudou-se para Santa Maria, em busca de melhores recursos e qualidade de vida para Carlos Heitor e sua irmã.

Conforme consta no diário de Carlos, durante o ano de mil novecentos e oitenta, ele freqüentou a classe especial do Colégio Olavio Bilac. No ano seguinte, foi para a Escola Francisco Lisboa, onde, por motivos pessoais, permaneceu por poucos meses. Neste mesmo ano, ingressou na Escola Estadual de 1º Grau Incompleto Marieta D' Ambrósio, onde conseguiu vencer a 1ª série, cursar a 2ª série, por dois anos, devido as suas acentuadas dificuldades na disciplina de matemática, e concluir a 3ª série. Sua mãe, relatou que ele chegou a cursar a 4ª série.

No seu diário ele relata sua experiência nessa escola:

“O que mais gostava no Colégio: Professora Lenir Noal Azambuja - Mandava rezar antes do trabalho; Diretora Celi Décimo Fonseca - Foi diretora do Colégio batia a sineta todos os dias para o recreio. Eu gosto era muito querida; Professora Maria Terezinha. Eu cantava duas músicas, dentro da sala de aula uma era Gaul Costa o nome da música era Festa do Interior e a outra era da Beth Goulart o nome da música era O Balão foi na ora do recreio. Eu gostava; Colegas – Maria de Lourdes, Fábio, Andréia e Sandra; Serventes – Roni, Dona Alda e Conceição. Eu gostava era bem queridas. Trasia merenda no Colégio e depois ia no recreio; Matérias – Ciências, Língua Portuguesa, menos Matemática.”

Carlos escreve no seu diário que não gostava da disciplina de matemática e esclarece que esta matéria sempre foi um obstáculo na sua trajetória escolar, sua mãe também deixa claro na entrevista que quando este obstáculo se torna maior do que o prazer de estar na escola, Carlos passa a participar de outras atividades em outros espaços, que não a escola regular.

Freqüentou as Oficinas Pré-Profissionalizantes do CACEE (Centro de Atendimento Complementar em Educação Especial), e a APAE. Na época freqüentava a Associação Colibri onde participava da Oficina de Artes, duas manhãs por semana, e do Grupo de Convivência, quatro tardes por semana.

E foi esta experiência junto dele e do Grupo de Convivência que se concretizou a minha atuação pedagógica frente a alunos com deficiência mental,

que me fez perceber a existência de um sujeito antes da deficiência, a condição humana que não pode ser esquecida, pelo contrário deve ter primazia.

Assim, respeitando a condição humana dos alunos, estabeleceu-se no decorrer um vínculo muito próximo entre os agentes envolvidos no processo de ensino e aprendizagem. Ocorreu a construção de um respeito mútuo na turma, onde os alunos tornaram-se aos poucos companheiros, parceiros da ação educativa, através de um espaço de fala e escuta que se estabeleceu, mesmo sendo de forma gradual, pois não estavam acostumados a serem sujeitos na construção da sua aprendizagem.

Nesse contexto manifestaram-se algumas inquietudes, visto que a construção do saber propõe tanto uma articulação de todos envolvidos, quanto ao desenvolvimento de ações coletivas e a ampliação dos espaços educativos contribuindo para a formação do “aluno-cidadão”. Portanto, essa experiência revelou-se inquietante na medida em que contribuiu para evidenciar os múltiplos elementos que concorrem para a caracterização dos espaços educativos, como por exemplo, a concepção do educador sobre a socialização do conhecimento; as dimensões que envolvem a construção do saber e o contexto sócio-cultural dos alunos, professores e da escola em geral.

Hoje vivemos em tempos do Paradigma do Suporte que é caracterizado pelo MEC (2000, p. 18) “pelo pressuposto de que a pessoa com deficiência tem direito à convivência não segregada e ao acesso imediato e contínuo aos recursos disponíveis aos demais cidadãos”. Nesse mesmo paradigma se esclarece o direito da pessoa ser diferente e ter oportunidade de viver sem restrições, fazendo parte de uma sociedade onde prevaleça a diversidade e a equiparação de oportunidades.

Considerando, também, que no âmbito Constitucional temos leis que garantem a inclusão social e educacional de pessoas com deficiências, dentre as quais destaca-se a Lei nº. 7.853/89, sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa com Deficiência; a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, n.º 9.394/96.

Nessa perspectiva, torna-se evidente que as pessoas com deficiência estão amparadas no que diz respeito às questões legais, no entanto, percebe-se que a sociedade ainda esta permeada de preconceitos que se manifestam nas atitudes de pessoas sem deficiência em relação a pessoas com deficiência. Esse movimento de inclusão é fruto de um processo histórico, de evolução, nas formas de conceber, de

pensar, de olhar e de agir com o deficiente, e, também, de concepções, valores, preconceitos e estereótipos que ainda permanecem enraizados nas nossas práticas sociais e na nossa cultura.

Carlos nasceu, cresceu e viveu nesse mesmo contexto, teve a experiência de estar presente em diferentes espaços educativos em diferentes momentos históricos, mas o questionamento que se mantinha presente era, quais foram os fatores que contribuíram para que Carlos, mesmo na sua diferença, possuía sua singularidade valorizada? E porque ainda possuindo o desejo de frequentar a escola, nos tempos de hoje, essa experiência não se concretizava?

Carlos desde o seu nascimento até os dias atuais, não foi visto pela sua família e conseqüentemente pelas comunidades as quais pertencia, como “o síndrome de Down”, mas como um sujeito completo que apresenta déficit em algumas das suas capacidades intelectuais, mas que com estímulo e incentivo desenvolveu e desenvolve outras qualidades e competências necessárias a sua vida.

Destaco a importância da família na construção das primeiras concepções de mundo do sujeito com síndrome de Down, em especial nas de Carlos Heitor, pois, foi nela que aconteceram as primeiras trocas e se efetivaram as suas primeiras relações interpessoais, Buscaglia (1997, p.90) afirma que:

Essa família pode atuar de forma bastante positiva como mediadora entre a sociedade em que seu filho terá que viver e o ambiente mais consciente e receptivo que ela pode lhe oferecer. Para isso, porém, cada membro da família deve adaptar seus próprios sentimentos em relação à deficiência e à criança deficiente. Toda família deve entender que somente dessa forma ela poderá ajudar a criança a ajustar os seus sentimentos em relação à própria deficiência e por fim a si mesma, como uma pessoa completa.

As experiências vivenciadas por Carlos no âmbito familiar não foram receitas de melhor ser ou fazer, mas permitiram que este sujeito tenha os instrumentos necessários para realizar suas escolhas, em outros ambientes. Enfatizar o desenvolvimento das potencialidades do sujeito é respeitar esta pessoa como um cidadão. Segundo Buscaglia (1997, p. 79) a família:

(...) desempenha importante papel na determinação do comportamento humano, na força da personalidade, no curso da moral, na evolução mental e social, no estabelecimento da cultura e de suas instituições. Como influente força social, não pode ser ignorada por qualquer pessoa envolvida no estudo do crescimento, do desenvolvimento, da personalidade ou comportamento humano.

Foi este olhar que a família lançou e continua a lançar no mesmo, que permitiu que Carlos vivenciasse diversas experiências em diferentes espaços educativos.

Carlos possui independência na realização das suas atividades diárias. Auxilia nas atividades domésticas (arruma a sua cama e lava as viandas), tem uma vida ativa, acompanha sua mãe nas festas de família e nos bailes, adora dançar. Em Santa Maria, desloca-se sozinho pela cidade, caminhando ou de ônibus e também viaja sozinho para visitar seus irmãos em outras cidades.

Tem o seu próprio quarto, com sua televisão e som, para alimentar as suas duas grandes paixões desde a adolescência, as novelas (e programas de TV em geral) e por música, em especial pela cantora Rita Lee. Conforme ele mesmo relata, tem um desejo não realizado que é cantar em um “palco de verdade”.

Tem uma memória fantástica, sabe todas as músicas da Rita Lee e de vários outros cantores, lembra as trilhas sonoras dos personagens das novelas, grava o nome dos atores e de seus personagens nas novelas e filmes, recordando tanto acontecimentos e fatos atuais quanto situações que aconteceram tempos atrás, relatando-os com riqueza de detalhes.

Geralmente expõem suas idéias e experiências, cria versos e poesias, mas tem dificuldade na área da lógica matemática. É curioso, questionador, comunicativo e emotivo. Faz amizades e interage facilmente com pessoas conhecidas ou não, costuma ser uma pessoa muito alegre e acessível, mas quando contrariado usa de argumentos, questionamentos e às vezes até do choro para convencer do contrário.

Segundo a mãe, Carlos já teve alguns relacionamentos, e conforme relata Carlos, com algumas parceiras “rolou beijo na boca, mas não passou disso”. Atualmente não tem namorada, mas constantemente demonstra o desejo de casar e constituir família. Nas nossas conversas ele parece não ter consciência da sua

deficiência e de ter Síndrome de Down. Considera-se uma pessoa muito feliz, ficando triste apenas quando discute com sua mãe ou com outra pessoa.

Apesar de todas as conquistas de Carlos, da família ter buscado junto dele alternativas que enfatizassem as suas possibilidades e de ser um sujeito incluído na sociedade, não houve a efetivação da inclusão escolar. Seu histórico escolar, permitiu observar que suas dificuldades relacionadas a área de matemática lhe impossibilitaram de seguir a diante na escola regular, afim de concluir o primeiro grau, atual Ensino Fundamental.

Mesmo depois de adulto tentou prosseguir os estudos através da Educação de Jovens e Adultos, visto que conforma a Lei nº 9.394, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, no Art. 37 & 1º “Os sistemas assegurarão gratuitamente aos jovens e adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames”.

Mas, mais uma vez teve seus planos de continuar estudando barrados pela fragilidade do sistema educacional que não oferece ferramentas suficientes para a efetivação do processo de inclusão escolar.

É difícil aceitar esta realidade considerando que a diversidade deste espaço que se estabelece como uma modalidade de atendimento para sujeitos que não tiveram a oportunidade/condições de freqüentar a escola no “tempo normal”, devido a algum fator cultural, social e econômico ou orgânico e destacando a Resolução CNE/CEB nº 2/01, que diz que a educação especial perpassa todas as etapas e modalidades da Educação Básica, esta garantido por Lei, mas na prática não se concretiza.

A verdade é, que a escola, enquanto uma dentre as várias instituições sociais, também tem seus muros e paredes invadidas por preconceitos, os quais levam para dentro da sala de aula uma visão limitante das potencialidades de aprendizagem dos alunos com deficiência, e é o desconhecimento em relação a esse sujeito que cria esteriótipos. Cito Amaral (1994, p. 36) quando ela afirma, “Falemos de atitudes para falar de preconceitos. Falemos de preconceitos para falar

de esteriótipos. Mas para falar de atitudes precisamos falar de emoções falar das situações que a geram... Como vemos é como um labirinto”.

É com tristeza que Carlos me relata um momento em que, depois de algumas tentativas frustradas, tenta utilizar da calculadora para auxiliá-lo em uma prova de ingresso no supletivo, mas, quando descoberto é punido com a anulação da sua prova.

Ele teve instrumentos necessários para participar ativamente da vida em comunidade, mas apesar do seu desejo de continuar a estudar, as escolas regulares, não estiveram preparada em nenhum momento para acolhê-lo.

Em sua obra, Vygotsky (1998) deixa claro que as possibilidades de desenvolvimento e aprendizagem, não só para os alunos com deficiência, mas para todos, são alargadas quando se trabalha com a heterogeneidade, com as atividades significativas para o aluno, na sua relação com o mundo e, especialmente com uma concepção de deficiência que funciona como motivadora de mudanças, como uma diferença e não como uma “disfunção ou defeito”.

Utilizando do aporte teórico sócio-interacionista, acredito que para que ocorra mudanças é imprescindível que o professor, no papel de mediador, faça do ambiente educacional um local socializador que estimule as trocas e a construção de conhecimento em grupo, pois, como Freire (1997, p. 64) esclarece “somente na comunicação tem sentido a vida humana. Que o pensar do educador somente ganha autenticidade no pensar dos educandos”.

O aluno deve ser o centro do processo de aprendizagem, por esse motivo os temas desenvolvidos deverão estar contextualizados de acordo com a realidade dos mesmos e assim ocorrerá a valorização da bagagem sócio-cultural dos sujeitos envolvidos. Sobre isso Freire (1996, p. 30) explica:

Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também como a mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos.

O “não saber” conteúdos relacionados a área de matemática não deve fazer do aluno melhor ou pior que o outro. Pois, educação não trata de transmissão de conteúdos, mas sim, dar significado ao conteúdo trabalhado e permitir que o aluno tenha atitudes de agente transformador, Carvalho (2002, p.68) diz que:

Muito mais que um passivo receptor das informações transmitidas pelo professor; o aluno transformar-se-á no arquiteto de seu conhecimento, desenvolvendo seus próprios mapas cognitivos, sua capacidade de resolver problemas, suas competências intelectuais, afetivas, políticas e sociais, ao lado do indispensável desenvolvimento de atitudes solidárias e dos valores éticos.

O fato é que Carlos Heitor não teve a escola regular como um ambiente gerador de saberes, mas este sujeito teve experiências que influenciaram significativamente sua personalidade. Ele se tornou um cidadão, e por mais obstáculos que tenha encontrado no processo, a superação foi sua marca. E assim deveria ser com as pessoas que assim como Carlos possuem Síndrome de Down. Não estou falando de supervalorização, mas de respeito às limitações e estímulo ao desenvolvimento de potencialidades.

A principal lição que pode ser transmitida à Carlos, pela sua família, foram as lições de amor. Não um amor ingênuo, mas sim um amor corajoso e compreensivo, onde ele sempre buscou e poderá buscar forças no decorrer da sua inserção social. Saad (2003, p. 111) afirma que, “para efetivação desse processo, é preciso que haja uma construção conjunta entre o meio sociocultural e a pessoa com deficiência que tem na qualidade dos seus primeiros vínculos e experiências subseqüentes, grandes aliados para sua inclusão no meio social”.

Observando o exemplo da Carlos, percebo avanços na inclusão social do sujeito com Síndrome de Down, mas, acredito, que essa só será total quando não mais existir preconceitos e para isso é preciso que os espaços educativos façam sua parte e formem cidadãos conscientes.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao término da construção deste artigo, possivelmente, o mais exigente seja chegar a conclusões, pois, acredito que durante o processo de construção do mesmo algumas certezas se firmaram, e algumas outras inquietações surgiram.

A certeza que a promoção de diversas vivências em ambientes diferentes colaborou significativamente para a formação do aluno Carlos Heitor, não só no processo educacional, mas na sua formação como sujeito.

Sabemos que a pessoa com deficiência está amparada por lei no que diz respeito a inclusão escolar e social, mas sabemos também das falhas existentes no sistema educacional do nosso país, falhas na estrutura que é oferecida, falhas na formação dos profissionais, também e principalmente falhas na conscientização da sociedade em geral.

O sistema educacional e nós, educadores, como parte integrante do sistema, ainda temos muito a promover afim da efetivação da inclusão escolar, e não devemos nos prender a um discurso antigo com argumentos que nos desqualificam para esta realização.

Hoje em mim se firma a certeza que é possível influenciar de forma positiva na constituição da identidade de pessoas com deficiência, nas diferentes perspectivas educacionais. Desde que as nossas atitudes dentro dos diferentes espaços e perspectivas façam a diferença.

Inquietada fico quando me questiono, quando esta transformação em nossas atitudes acontecerão? Quantos alunos temos incluídos em salas de aula regulares que neste momento estão passando por um processo educacional frustrado? Quantos mais terão que passar?

Todos estes terão na sua família o apoio que Carlos teve? Terão eles na sua família um espaço educacional disposto a fazer a diferença?

É importante ressaltar que a trajetória de vida de Carlos e sua família traz esperança para que outras pessoas com deficiência também busquem realizar seus objetivos, mesmo que encontrem obstáculos, mesmo que estejam cansados e sem

forças, porque juntos ganhamos mais força na luta favorável a transformação de uma sociedade e de um sistema educacional que ainda hoje se encontra permeado de preconceitos.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Lígia Assumpção. **Pensar a diferença: deficiência**. Brasília: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretária de Educação especial. **Projeto Escola Viva: Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos com necessidades educacionais especiais**. Brasília: MEC/SEESP, 2000

BUSCAGLIA, Leo. Os deficientes e seus pais. Tradução de Raquel Mendes, 3ª edição. Rio de Janeiro; Record: Nova era, 1997.

_____. Lei nº 9394/ 96. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. São Paulo. Editora do Brasil, 1996.

CARVALHO, Rosita Edler. **Uma Promessa de Futuro: aprendizagem para todos e para toda a vida**. Porto Alegre: Mediação, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Autonomia: saberes necessários a prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

SAAD, Suad Nader. **Preparando o caminho da inclusão: dissolvendo mitos e preconceitos em relação a pessoa com Síndrome de Down**. São Paulo: Vetor, 2003.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação Social da Mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1998